

de 1975, por Arcanjo Nunes Luís, alegando impossibilidades de natureza profissional. Porém, antes de abandonar o seu lugar, deixou expresso aos seus colegas deputados, enquanto «trabalhador e explorado deste país», o seu desejo de que a Constituição que estava a ser preparada «ajudasse a construir um país livre e democrático, sem exploração e sem ditaduras de nenhuma orientação ideológica». Filho de Delfim Martins e de Rosa Martins Ferreira, era então residente em Gondomar, localidade em que tinha nascido. Empregado de escritório à data da sua eleição, tinha como habilitações literárias o curso geral de comércio. Antes de ser deputado, desempenhou as funções de vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Gondomar.

Timóteo Cavaco

Fontes

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual [Cx. 3, n.º 238]; *Diário da Assembleia Constituinte* [Vol. 1 – ARM 116 (1.4): 26/6-8-75; Vol. 3 – ARM 116 (3.4): 66/17-10-75, 72/29-10-75].

MATOS, António Pedreira de Castro Norton de (n. 1935)



Filho de Arnaldo de Castro Norton de Matos e de Margarida Pedreira de Castro Norton. Sobrinho-neto do general José Norton de Matos, governador-geral de Angola, ministro das Colónias e da Guerra na I República e candidato às eleições para a presidência da República em 1949. Casado com Maria Isabel de Carvalho Roque de Pinho. Nasceu em Lisboa, em 15 de fevereiro de 1935. Licenciado em Engenharia Química Industrial pelo Instituto Superior Técnico (IST), foi diretor da Sociedade Portuguesa de Fibrocimento – Lusalite e engenheiro de produção da Sociedade Portuguesa de Petroquímica. Membro fundador do Partido do Centro Democrático Social (CDS) e vogal da Comissão Política, foi eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Viana do Castelo. As suas intervenções parlamentares espelham a visão crítica do CDS em relação ao processo revolucionário, do qual os seus dirigentes se haviam demarcado após o 11 de Março de 1975, ao declararem o partido como de oposição ao Governo Provisório. Criticou a degradação do tecido económico nacional, a indefinição quanto ao papel da iniciativa privada, em retração, e a inércia do setor público. Verbera a Reforma Agrária, que, segundo argumenta, «levará quase que inevitavelmente ao aparecimento de uma página negra na história desta revolução». É particularmente contundente na condenação da descolonização, recorrendo, como reforço do seu argumento, à citação das palavras do seu tio-avô, «político português (...) que, em matéria de política ultramarina, e muitas outras, era justamente respeitado neste país», o qual, em 1953, em conferência promovida pelos democratas de Aveiro, vaticinara que a «propaganda comunista feita a negros de civilização ainda rudimentar

só os pode levar a uma conclusão: a necessidade de eliminar os brancos». Considera enganadora a classificação de exemplar como definidora do processo de independência dos antigos territórios ultramarinos, cuja perceção na opinião pública entende distorcida por «[u]ma imprensa sabiamente manipulada», que ocultava «a problemática da descolonização, só nos deixando olhá-la através do óculo marxista-leninista».

Edmundo Alves

Fontes e bibliografia

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados; *Democracia 74. Jornal do Partido do Centro Democrático Social; Diário da Assembleia Constituinte*; Diogo Freitas do Amaral, *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*, Venda Nova, Bertrand/Nomen, 1995; Armando Malheiro da Silva, “Norton de Matos e a autodefesa face à História coeva e futura”, in Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo (coords.), *Estados autoritários e totalitários e suas representações*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

MATOS, Custódio Costa de (1933-2014)



Nasceu em Sá, freguesia de Sangalhos, concelho de Anadia, em 7 de março de 1933. Filho de Adelaide Ascensão Costa, padeira e empregada doméstica, e de António Pinto de Matos, caixeiro-viajante. Entre 1945 e 1986, trabalhou em diversas empresas nos concelhos de Anadia e da Mealhada. Cumpriu o serviço militar obrigatório entre 26 de janeiro de 1954 e 7 de outubro de 1956, em Santa Margarida e em Abrantes. Em 1975, ocupou o lugar de deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Aveiro nas listas do Partido Popular Democrático (PPD), em substituição de Sebastião Dias Marques. Tornou-se independente em 10 de dezembro do mesmo ano, mas reintegrou no partido no dia 4 de fevereiro de 1976. De 1976 a 1985, foi deputado municipal em Anadia e, entre 1986 e 1997, vereador da Câmara Municipal de Anadia, com o pelouro das obras públicas, pelo controlo de instalações e pessoal deste departamento. Fez parte dos órgãos dirigentes do SIDCES (Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços), desde outubro de 1979, e conselheiro da UGT (União Geral de Trabalhadores) – Aveiro, desde maio de 2010 até à sua morte. Pertenceu à direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Anadia e dos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Anadia. Foi também dirigente do Anadia Futebol Clube. Morreu em 13 de janeiro de 2014. Era casado com Josefina da Silva Pereira, com quem teve três filhas e um filho.

Fátima Mariano